

Delfim diz que os juros baixarão

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

"É líquida e certa a redução dos juros internos nos próximos meses", previu ontem, em Brasília, a este jornal o ministro do Planejamento, Delfim Netto. Entre os fatores que contribuirão para isso está o abrandamento das correções monetária e cambial.

Até agora, o governo sustentava que a correção cambial deveria seguir de perto, no próximo ano, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), como forma de garantir um incentivo adicional às exportações. A contrapartida, contudo, seria a manutenção de um alto custo real para os créditos externos e, portanto, para os empréstimos internos.

O recente escalonamento na redução do crédito-prêmio do IPI para os exportadores muda a equação. Ao fazer com que este incentivo não caísse de 15 para 9%, a 1º de janeiro, e sim para 14%, até chegar aos 9% em dezembro, o governo abriu espaço para evitar que a correção cam-

bial compensasse esta diferença, de imediato, para os exportadores. "Criamos uma margem de manobra", na expressão do ministro, para que as correções cambial e, por extensão, monetária sejam mais brandas nos próximos meses.

O problema seria particularmente delicado a curto prazo, pois, como a correção monetária é fixada com uma defasagem de dois meses em relação à inflação, a tendência, já a partir de janeiro, seria a taxa anual da correção monetária superar a da inflação.

Ainda ontem, o Ministério da Fazenda fixou em 5,2% a variação das ORTN em janeiro. Embora essa taxa seja inferior às de novembro e dezembro (5,7% e 5,5%), o que confirma a disposição de abrandar a correção monetária, sua variação anual ficará em 96,8%, certamente acima da inflação do período. "As correções monetária e cambial são custos", define o ministro.

Além deste fator crucial, Delfim Netto aposta numa certa estabilização dos juros internacionais e numa mudança positiva de expectativa em relação à evolução inflacionária como estímulos para a queda dos juros internos. "Na verdade, eles já estão caindo", acredita. "E por esta razão que está todo mundo querendo tomar a um mês e aplicar a seis meses."

Algum alívio nos juros internos completaria o quadro favorável a certa retomada do crescimento econômico desejada pelo ministro. Os lances para que o produto cresça 5% em 1982 já foram tomados, sustenta, e não se devem esperar estímulos adicionais.

O quadro está composto, no lado da demanda final, por uma maior oferta de recursos, originada da permissão recente para que as financeiras contratem recursos externos. O que, segundo Delfim Netto, tam-

bém deve reduzir um pouco os juros para financiamento ao consumo. Não se espera uma explosão de consumo nem se imagina que o setor automobilístico, por exemplo, apresente no próximo ano taxas substanciais de expansão. "Se queremos que o produto cresça 5%, ao longo do ano, o consumo final deve crescer também uns 5%."

Na outra ponta, a do setor industrial, o estímulo seria dado especialmente por dois projetos, para os quais não faltarão recursos: Carajás e irrigação dos cerrados. O ministro reafirmou que, em ambos os casos, as encomendas teriam um reflexo ampliado sobre a atividade econômica. Com a vantagem adicional de que o plano de irrigação gerará encomendas de máquinas e implementos agrícolas que podem desafogar a situação crítica do setor metalúrgico.

Há os que duvidam de que todo este conjunto seja suficiente para inverter a curva de crescimento econômico. Delfim Netto admite que haja dúvidas e reconhece que há um fator sazonal, no início do ano, que não ajuda o crescimento. Mas lembra, de toda forma, que o que se quer não é uma recuperação acelerada e imediata, e, sim, uma lenta retomada que, ao final de 1982, garanta os 5% para o produto.

(Continua na página 3)

O economista José Júlio Senna acredita que os novos níveis de redução do crédito-prêmio do IPI às exportações vão proporcionar aos exportadores ganhos bastante superiores aos que seriam obtidos com os mecanismos previstos anteriormente. O cálculo de Senna, ouvido pelo editor Reginaldo Heller, no Rio, é de que o ganho será da ordem de 6,7%, em comparação a 4,9%, caso prevalecesse a hipótese anterior.

(Ver página 3)

mbro de 1981 — GAZETA MERCANTIL

Economia - Brasil

25 NOV 1981

POLÍTICA ECONÔMICA

Delfim diz que os juros baixarão

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

O principal tropeço no acerto das contas para 1982 continua sendo o problema da Previdência Social. Delfim acha que poderia ser desastrosa a solução de aumentar em 30 pontos percentuais o IPI de 145 produtos superfluos — o que equivale, em alguns casos, a duplicar, triplicar ou sextuplicar o IPI vigente, e aumentar em mais de 20% o preço de fábrica destes produtos. E mesmo esta solução, incluindo a taxa sobre os cigarros, não renderia, segundo o ministro, mais do que Cr\$ 280 bilhões, para co-

brir um buraco dimensionado em Cr\$ 400 bilhões.

Mas não vê muita alternativa para atender ao cumprimento da lei aprovada pelo Congresso e que fixa um aumento de 20% sobre o valor de venda de produtos superfluos. Admite, em última instância, que esta poderá acabar sendo a solução adotada para os superfluos, embora não resolva o problema da Previdência.

Outra parte dos recursos para a Previdência poderá resultar de um maior rigor e seletividade para o atendimento de saúde, no próximo ano. Por mais que se aperte, contudo, não se ganhará mais do que uns Cr\$ 40 bilhões com esta providência, nos cálculos do ministro.

Para o restante dos recursos, Delfim Netto não vê outra alternativa: terão de sair do orçamento da União, mesmo que, para isso, seja preciso apertar os programas de todos os ministérios. O que não se permitirá, garantiu, é que o orçamento monetário acabe cobrindo esse déficit, o que implicaria mais emissão.

ORÇAMENTO

O orçamento monetário para 1982 ainda está sendo discutido. De toda a forma, o ministro indicou ontem dois princípios importantes que deverão orientar a definição de alguns pontos centrais do orçamento. Ele acha indispensável que haja algum aumento dos juros agrícolas subsidiados e a fórmula poderá ser a indexação das taxas a uma parcela do reajuste das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Assessores do Ministério da Fazenda sugeriram, recentemente, que fosse ampliado o mecanismo da seletividade de acesso ao crédito, impondo, na prática, limites quantitativos mais rígidos. O ministro do Planejamento é favorável a es-

ta maior seletividade, mas não abre mão do reajuste dos juros.

Hoje, o crédito de custeio para a região Centro-Sul custa 45% ao ano. O Banco Central defendia um aumento de 15 pontos percentuais nesta taxa para o próximo ano. Delfim, contudo, lançou outra hipótese: a de fixar o custo deste crédito em função do reajuste das ORTN (por exemplo, estabelecer seu custo em 40 ou 50% da variação das ORTN).

Seria, sem dúvida, uma maneira de prever com mais precisão o volume de subsídios implícitos. Se as taxas subissem, de fato, para 60% ao ano, haveria sempre o risco de aproximá-las demasiado da taxa inflacionária — e Delfim insiste em que a agricultura não pode trabalhar com juros reais. Ou o oposto, como ocorreu este ano: ao fixar a taxa em 45%, o governo imaginava reduzir bastante o subsídio agrícola. Como a inflação média deve ficar em mais de 100% acabou, na prática, ampliando a margem subsidiada.

Um último ponto a definir

para o próximo ano e que está gerando algumas disputas é a fixação do orçamento das empresas estatais. O ministro admitiu que o governo trabalha com a hipótese de um crescimento em torno de 80% nos gastos globais das estatais em 1982. Mas, para que isso seja viável, será preciso cortar, substancialmente, alguns pedidos encaminhados à Seplan.

PROJETOS

"Não há outro jeito, vamos ter de reduzir o ritmo de implantação de alguns projetos", diz o ministro. Ele se refere, especialmente, aos projetos na área siderúrgica, onde é maior a distância entre o que se quer de verbas e o que se pretende conceder. Acominas é um dos exemplos de projeto que, segundo Delfim, terá de ser reequacionado no próximo ano. Também na área energética deverá acontecer este processo, exceto nos casos de projetos prioritários. Em relação ao Programa Nuclear, ele diz que já há consenso: por enquanto ele se limitará à execução de quatro usinas.